



# **Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais**



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## **POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Brasília, 25 de novembro de 2009**

# **POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

## **1. Apresentação**

Este documento faz parte de um processo de discussão coletiva, desenvolvida no âmbito do Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em interação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), por intermédio da sua Assessoria Internacional. Portanto, não se constitui em um documento definitivo. Pretende-se que seja dinâmico e constantemente atualizado, servindo de norte para a implementação das políticas de relações internacionais dos Institutos Federais, de forma mais articulada e dentro de uma estratégia de concepção nacional.

Evidentemente, na elaboração da política de internacionalização, cada Instituto necessita considerar sua condição no contexto das políticas de desenvolvimento regional, destacando-se peculiaridades dos cursos, currículos, formação dos professores, dos técnicos administrativos e dos discentes, referenciando-se na busca da garantia da qualidade do ensino. Nesse sentido, os Institutos constroem suas estratégias a partir da identificação das características locais, levando-se em consideração as demandas identificadas, por meio da articulação com os diversos segmentos da sociedade.

Na construção deste documento teve-se presente os princípios estabelecidos pelas declarações da Conferência Mundial sobre a Educação Superior da UNESCO, Paris 2009 e Paris 1998, da Conferência Regional de Educação Superior, IESALC-UNESCO, Cartagena de Índias, 2008, pelo Plano do Setor Educativo do MERCOSUL (2006-2010) e pelo documento Concepção e Diretrizes para os Institutos Federais, SETEC-MEC, 2008.

Em todos os momentos, a concepção de que a educação é um bem público está presente nas propostas deste documento.

## **2. Introdução**

Diante do novo contexto da educação pública do Brasil, e com a acentuação dos processos de globalização e integração regional nos mais diversos âmbitos, é fundamental a compreensão do papel das Relações Internacionais no que se refere à Educação Pública e, especificamente, à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Em consonância com esses processos, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cumpre um papel importante para o fomento de uma nova etapa da Educação Profissional e Tecnológica do país, materializado por meio dos programas e políticas específicas para o setor. Dentre elas, destacam-se a expansão da Rede Federal, a ênfase na formação humana e cidadã como complementação da formação técnica, a política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, a ampliação da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, dentre outras.

A troca de experiências em processos de ensino-aprendizagem e a formação *stricto e lato sensu*, ganharam um caráter de maior unidade com a criação dos Institutos Federais, garantindo-se, no entanto, a autonomia de cada instituição. Esse novo caráter promove a realização de uma política coerente em todo o país, reconhecendo e valorizando a Educação Profissional e Tecnológica, que se dá a partir da integração dos processos de ensino, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo, para a realização das ações dos Institutos, busca-se constantemente uma ênfase nas particularidades locais e regionais, para atingir, desta maneira, um verdadeiro processo de inclusão social. Neste contexto, faz-se indispensável considerar-se o âmbito internacional e assim garantir novas oportunidades que promovam a educação de qualidade dos Institutos Federais.

As Relações Internacionais representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, em especial, quando se trata da temática educacional, com relevantes aspectos científicos e tecnológicos. Torna-se essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Atualmente, a complexidade do contexto global requer a formação de profissionais com visão geral de mundo, mas, ao mesmo tempo, com habilidades específicas. Essa realidade gera necessidade de mudanças nos projetos educacionais, referentes à formação de trabalhadores que atendam a este novo panorama mundial, relacionado ao processo de globalização.

Dessa forma, são muito importantes os benefícios gerados pelo intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos com instituições parceiras de outros países. Além disso, os projetos de cooperação internacional permitem um conhecimento mútuo em pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, sistemas de ensino e formação pedagógica, além de gerar visibilidade internacional às ações dos Institutos Federais brasileiros.

Diante desse quadro, espera-se construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais dos Institutos Federais, otimizando todo o potencial que existe no relacionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com as Instituições de outros países.

No caso das dimensões continentais brasileiras, as relações internacionais representam um estímulo para compreender como a proximidade espacial convive com grandes diferenças relativas à formação histórica e à composição sócio-cultural dos diferentes países e sub-regiões da América do Sul. Para isso, é fundamental que sejam criados laços fronteiriços com os diversos países da região.

No que tange a Educação Profissional e Tecnológica, é papel dos Institutos Federais promover a integração regional, desenvolvendo políticas específicas de cooperação e intercâmbio.

Assim, compreende-se que as Relações Internacionais representam instrumento fundamental para a melhoria da Educação, que se constitui elemento imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do país.

### **3. Objetivos**

A política de relações internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, discutidas no âmbito do Fórum de Relações Internacionais dos IFs, servirá de base para que este fórum cumpra com os seguintes objetivos:

- Desenvolver gestões articuladas entre os Institutos Federais e a SETEC/MEC, por meio da Assessoria Internacional desta Secretaria de Governo;
- Proporcionar visibilidade às ações dos Institutos Federais, em âmbito nacional e internacional;
- Promover atividades que proporcionem a ampliação dos processos de cooperação e de intercâmbio internacionais dos Institutos Federais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Estimular a inserção internacional dos Institutos Federais, visando ao aperfeiçoamento e à qualificação dos estudantes, professores e técnicos administrativos destas instituições e das instituições parceiras internacionais;
- Promover atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público;
- Promover eventos para possibilitar o debate e o aperfeiçoamento da política internacional das instituições de ensino técnico e tecnológico;
- Promover a realização de cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais dos Institutos Federais;
- Debater e apresentar idéias, projetos, programas e ações que contribuam para o desenvolvimento das unidades responsáveis pelas relações internacionais dos Institutos;
- Buscar mecanismos para disseminar a visão internacional no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que o processo de internacionalização seja uma atividade que inclua, além da cooperação e do intercâmbio, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa;
- Conhecer diferentes práticas de políticas públicas da Educação Profissional e Tecnológica, além de outras culturas e idiomas.

### **4. A importância da Internacionalização dos Institutos Federais - IFs**

#### **4.1 Internacionalização como intercâmbio de conhecimentos e aprimoramento de estudantes, professores e técnicos administrativos**

Os Institutos Federais devem desenvolver a cooperação científica e tecnológica no sentido de ampliar a qualidade da pesquisa. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia sempre ocorreu no âmbito da cooperação internacional. É imprescindível que

se atue de forma conjunta, a fim de efetuar contribuições para o progresso da ciência e da tecnologia.

Portanto, é necessário incentivar o trabalho de grupos de pesquisa em redes internacionais, especialmente, considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Este desenvolvimento terá repercussão, também, na qualidade do ensino profissional e tecnológico, e na capacitação dos professores e dos técnicos administrativos.

#### 4.2 Internacionalização como estratégia de desenvolvimento

O processo de internacionalização das instituições de educação, ciência e tecnologia repercutirá no desenvolvimento econômico, político e social dos países participantes. Os países que se desenvolveram nas últimas décadas o fizeram com uma política de forte investimento em educação, em todos os níveis, e sempre com implementação de programas de intercâmbio e cooperação científica e tecnológica.

#### 4.3 Internacionalização como promoção da solidariedade entre os países

A cooperação internacional necessita estar baseada em solidariedade e respeito mútuo, e na promoção de valores humanísticos e diálogos interculturais, sendo constantemente encorajada. As instituições de educação profissional e tecnológica possuem a responsabilidade social de auxiliar na diminuição da lacuna de desenvolvimento, aumentando a transferência de conhecimentos, especialmente com países menos desenvolvidos, trabalhando para encontrar soluções para promover a mobilidade acadêmica e diminuir o impacto negativo da fuga de cérebros. Redes e parcerias internacionais ajudam a promover o entendimento mútuo, bem como uma cultura da paz.

#### 4.4 Internacionalização como difusão das atividades dos Institutos Federais

Os Institutos Federais estão ligados a uma determinada área geográfica, mas também estão comprometidos com projetos e programas mais amplos. Faz-se necessário dar visibilidade às atividades dos Institutos. Neste sentido, é preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. É necessário que as ações conduzam à construção de um sentimento global, a partir de uma identidade de pertencimento territorial. Os projetos locais geram conhecimentos no seu território, a serviço do mundo. A partir da transferência de conhecimentos, gera-se desenvolvimento econômico e social. Portanto, a política de relações internacionais dos IFs necessita ter desdobramentos concretos, tanto locais como regionais, aprofundando, verticalizando e expandindo as suas ações. A cooperação internacional dos Institutos deve gerar benefícios para todas as partes, por meio da criação de mecanismos transparentes, com o propósito de socializar as ações.

### **5. Linhas Mestras de Ação da Cooperação e Intercâmbio**

As linhas de ação para o desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio de caráter internacional, a serem elaboradas no âmbito de cada Instituto Federal, terão como base a

política de apoio às Relações Internacionais por parte de programas da SETEC/MEC. Na elaboração destas linhas de ação faz-se necessário, também, considerar a oferta de bolsas de intercâmbio e recursos financeiros por parte das agências nacionais e internacionais e a capacidade de captação que a instituição possui em função da qualificação do seu quadro de professores e estudantes.

As linhas de ação podem ser organizadas como segue:

### 5.1 Relacionamento com instituições da América Latina e em especial com as do MERCOSUL

Trabalhar as similaridades existentes entre os países da América Latina é um elemento importante para o avanço das ações de cooperação internacional. A maior facilidade de comunicação com os povos de língua hispânica, as semelhanças econômicas, os problemas sociais comuns e os aspectos culturais servem como facilitadores desse processo. Ademais, a aproximação com os países da América Latina é uma orientação constitucional, devendo ser implementada pelas instituições públicas.

Mais especificamente, o relacionamento com as instituições dos países do MERCOSUL possui um caráter fundamentalmente estratégico. O desenvolvimento econômico e social da região garante a construção de um ambiente pacífico e igualitário na América do Sul, condicionantes para o alcance de uma integração regional bem sucedida. Para isso, deve-se ampliar os vínculos já existentes com as instituições atuantes, como o Setor Educacional do MERCOSUL. Essas instâncias produzem periodicamente planos de ação e desenvolvimento que podem servir de base para a atuação dos Institutos Federais.

### 5.2 Relacionamento com instituições da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

O Brasil assume um papel central dentro dessa comunidade, sendo responsável por muitas das iniciativas envolvendo seus países. A CPLP, inclusive, é baseada não somente em aspectos linguísticos, mas principalmente culturais, econômicos, políticos e sociais. A centralidade dada pelo Ministério de Relações Exteriores a essa relação é outro facilitador para a criação de projetos e parcerias importantes, tanto para capacitação de professores quanto para a recepção de alunos.

### 5.3 Relacionamento com instituições da África

O relacionamento com a África apresenta duas grandes vertentes que podem servir de base para a cooperação com o Brasil. Por um lado, trabalha-se com o aspecto da solidariedade entre os povos, elemento relacionado ao reconhecimento da dívida histórica brasileira com o continente africano. A outra vertente se baseia na identificação das grandes potencialidades da região, contribuindo para seu desenvolvimento e compartilhando a *expertise* dos institutos e professores.

## 5.4 Relacionamento com instituições dos Países Desenvolvidos

Nos últimos anos, houve uma modificação na forma de cooperação praticada com os países desenvolvidos. As instituições de Educação Profissional brasileiras deixaram de ser simples receptoras e passaram a praticar uma cooperação horizontal. Esse fato deve ser salientado para que se compreenda o novo papel dos Institutos Federais na ação internacional do país. Dessa maneira, o relacionamento com as instituições dos países desenvolvidos deve acontecer de forma a manter o intercâmbio e compartilhar conhecimentos e tecnologias.

Identificadas essas linhas mestras, é preciso que se ressalte que qualquer relacionamento com instituições equivalentes de outros países deve ser visto como uma oportunidade de intercâmbio de conhecimentos, de culturas e, principalmente, de experiências de vida. A mobilidade de alunos, professores e técnicos administrativos gera um tipo de conhecimento que transcende aquele gerado em sala de aula. É preciso que se reconheça que, desta forma, os beneficiários da cooperação tem garantida uma formação completa, baseada, acima de tudo, na cidadania.

## **6. Estratégias para implementação do processo de internacionalização dos Institutos Federais - IFs**

### 6.1 Criação e Estruturação das Assessorias Internacionais dos Institutos Federais

Considerando as experiências de outras instituições de ensino superior e o objetivo de internacionalização dos Institutos Federais, faz-se necessária a implantação de Assessorias de Relações Internacionais, ligadas diretamente às Reitorias dos Institutos. Essas unidades, de fundamental importância estratégica, devem ser dotadas de infraestrutura e recursos humanos adequados para o cumprimento dos objetivos de cooperação e intercâmbio internacionais.

### 6.2 Capacitação dos Assessores Internacionais e Equipe Técnica

Recomenda-se que a equipe técnica das Assessorias de Relações Internacionais seja composta por professores e técnicos administrativos com perfil adequado para atuação na área internacional. Para atingir estes objetivos é preciso que sejam alocados servidores que contemplem o perfil adequado a esta área, incluindo a fluência em idiomas estrangeiros. Além disso, recomenda-se a participação de estagiários com qualificação na área. Por fim, deve-se incentivar a qualificação continuada da equipe por meio da participação em seminários, congressos e cursos.

### 6.3 Promoção de acordos com instituições estrangeiras

Acordos de Cooperação em consonância com as diretrizes propostas pela SETEC/MEC e dentro das estratégias elaboradas pelos Institutos, poderão ser implementados a partir das demandas institucionais, envolvendo suas diversas instâncias. Para cada acordo, recomenda-se a nomeação de um coordenador que assuma a responsabilidade pela

elaboração de projetos, pelo desenvolvimento das atividades de cooperação técnico-científica e pela mobilidade de professores e intercâmbio de estudantes, amparados pelo acordo.

#### 6.4 Criação de Projetos de Cooperação Técnica

Projetos de Cooperação Técnica entre os IFs e instituições de países em desenvolvimento, sobretudo da América Latina e da África, são fundamentais para o intercâmbio de experiências. Além disso, considerando o nível de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, é papel dos IFs colaborar nos processos de desenvolvimento dos países que demandarem essa cooperação. Para esse efeito, é de grande importância o relacionamento com a SETEC/MEC e com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

#### 6.5 Realização de atividades de mobilidade de estudantes, professores e técnicos administrativos

A mobilidade promove o desenvolvimento de experiências de aprendizagem, formação e educação. As missões ao exterior são muito importantes para a abertura de horizontes e para a reflexão sobre as identidades, a diversidade e a tolerância. Os intercâmbios acadêmicos internacionais aprofundam e especializam essas experiências, visto que, além do conhecimento da cultura, dos hábitos e costumes, estão presentes todos os aspectos que se referem ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de um saber-fazer, um saber-ser, um saber-estar-no-mundo, contribuindo de forma fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania solidária.

#### 6.6 Incentivo ao intercâmbio no âmbito da pesquisa e da extensão

No que concerne à pesquisa, à inovação e à extensão, os intercâmbios promovem um aprofundamento e uma expansão das possibilidades institucionais por meio da criação de novos produtos, novas técnicas serviços. As atividades podem abrir os horizontes dos participantes para outras realidades sociais e profissionais.

#### 6.7 Atualização do Portal de Ensino Profissional e Tecnológico Internacional

A criação e a atualização constante do Portal de Ensino Profissional e Tecnológico Internacional, no âmbito do MEC, além de dar uma maior visibilidade às ações internacionais dos Institutos Federais, tem por objetivo propiciar uma visão de conjunto e fomentar o estabelecimento de parcerias mais intensas entre os IFs e seus parceiros internacionais.

#### 6.8 Fomento à prática de idiomas e de intercâmbio cultural em cada um dos IFs

As relações internacionais se estabelecem por meio da comunicação em diversos idiomas. Por isso, o conhecimento de línguas estrangeiras é fundamental. Assim, é necessária a criação de Centros de Idiomas que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades nas línguas de maior interesse institucional, bem como o



ensino de português para estrangeiros. Na organização desses Centros de Idiomas poderão ser estabelecidas parcerias com diversas instituições.

#### 6.9 Atuação consonante com as diretrizes da SETEC-MEC

As ações das Assessorias de Relações Internacionais devem estar de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas pela SETEC/MEC, sem deixar de considerar a autonomia institucional dos IFs.

#### 6.10 Interação com agências e organismos de cooperação nacionais e internacionais

A articulação das Assessorias de Relações Internacionais dos IFs com o Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Cooperação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e as Agências de Cooperação Internacionais é de fundamental importância para o efetivo desenvolvimento das Relações Internacionais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

### **7. Conclusão**

O Fórum de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pretende ser o interlocutor legítimo para dialogar com as diversas instituições nacionais e internacionais e propor políticas de apoio às atividades de cooperação e intercâmbio internacionais de todos os seus integrantes. Dessa forma, as estratégias de Relações Internacionais, adotadas em conjunto pelos Institutos, possibilitarão que essas instituições ocupem um papel de destaque na construção de um Brasil solidário e desenvolvido, contribuindo para um mundo mais justo.

ANEXO - Plano de Trabalho 2010